



# REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 1, Janeiro-Abril, 2023

DOI: <https://doi.org/10.20873.editorial>

## **GÊNERO, INTERSECCIONALIDADES E TECNOLOGIAS EM PRÁTICAS EXTENSIONISTAS**

**Bruna Andrade Irineu<sup>1</sup>**  
**Tamires Ferreira Coêlho<sup>2</sup>**

Os Estudos Feministas se consolidaram como campo acadêmico interdisciplinar e plural cuja preocupação se localiza nas desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais produzidas por uma lógica cisheterossexista que se articula mutuamente com o racismo, a LGBTQIAP+fobia, o etnocentrismo e o capacitismo em uma produção de hierarquias corpronormativas. A produção acadêmica dos feminismos brasileiros vem se construindo com lastro em uma concepção de ciência engajada com a transformação da sociedade e implicada com as lutas sociais, se afastando de perspectivas positivistas em que a produção de conhecimento científico era notadamente branca, masculina e cisheteropatriarcal, e reforçava um racismo/machismo epistêmico fortemente colonial (GROSFOGUEL, 2016; MORAES; SILVA, 2019).

Para além da produção no âmbito de uma resignificação do que é pesquisa e de quem pode pesquisar, a potência dos feminismos brasileiros converge com a própria concepção das práticas e processos extensionistas, que devem se desenhar de acordo com o que a realidade exige, formando estudantes com forte conexão

---

<sup>1</sup> Pesquisadora Produtividade em Pesquisa PQ-2 do CNPq. Professora do Departamento de Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Política Social e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero - NUEPOM.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Comunicação da UFMT, Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder (PPGCOM-UFMT), Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Cidadania (CICLO-UFMT), Membro da Red AmLat (Rede Temática: comunicação, cidadania, educação e integração na América Latina) e Integrante do Observatório de Comunicação e Desigualdades de Gênero (Pauta Gênero).

junto às necessidades do mundo (FREIRE, 1983), qualificando docentes e compartilhando saberes junto à sociedade (FORPROEX, 2012). Quando Craveiro e Toledo (2023) abordam o potencial da extensão universitária para diminuir a distância entre universidade e outras instâncias sociais, justamente por ser um “lugar privilegiado para contrapor a tendência tecnicista”, ainda que estejam falando da Publicidade, podemos pensar outras áreas e saberes. É preciso considerar que ainda enfrentamos compreensões reducionistas na formação acadêmica, bem como na própria visão instrumentalista e equivocada do que seriam tecnologias, como se estivessem apartadas de práticas sociais.

Nesse sentido, como mostram Fernandes e Irineu (2014), a extensão universitária vem sendo o locus privilegiado para o debate de gênero, raça e sexualidade, já que os currículos oficiais das licenciaturas e bacharelados ainda expressam uma incipiência ou ausência de conteúdos relacionados a esses temas, e a descolonização dos currículos atravessa processos de descolonização da vida, da universidade e da sociedade (PINHEIRO; ROSA, 2022). Aspectos como autonomia e criticidade não podem estar desvinculados da criatividade e da curiosidade (CRAVEIRO TOLEDO, 2023) que se materializam no cotidiano, na diversidade de vivências e experiências a serem valorizadas tanto quanto conhecimentos teóricos e conceituais.

Portanto, a extensão, materializando a educação como prática da liberdade (hooks, 2017), torna-se um potente espaço para capilarizar os debates de gênero e interseccionalidades junto à diversidade do corpo discente, através de grupos de estudos, cursos, seminários, produções artísticas, agências experimentais, observatórios etc. É imprescindível estimular oportunidades de envolvimento da comunidade não acadêmica, atendendo a necessidades sociais e vislumbrando possibilidades para políticas públicas (FORPROEX, 2012) em uma sociedade ainda preconceituosa e cujos direitos são pouco acessíveis aos grupos não hegemônicos, em que violências são naturalizadas e reforçadas sutilmente nas relações sociais.

A pandemia de covid-19, iniciada no ano de 2020, reconfigurou as práticas de ensino, pesquisa e extensão nas universidades. Experiências de ensino remoto emergencial tornaram-se o único caminho pedagógico para a maioria da comunidade acadêmica e o tripé ensino-pesquisa-extensão se articulou a inúmeras ações com o uso de tecnologias digitais em sua produção e desenvolvimento. Na extensão universitária pode-se observar o crescimento de projetos e programas que

fizeram uso das redes sociais como ferramenta central de suas atividades. Ainda que a inserção de dispositivos digitais na educação superior não seja um tema recente e que haja um vasto referencial produzido abordando as possibilidades e os limites de seu uso nas universidades brasileiras, especialmente em instituições de ensino público (ALMEIDA, 2003; SILVA; BEHAR, 2019; BEHAR, 2009), o ensino remoto emergencial não se deu com planejamento e estrutura suficientes para uma educação mediada por tecnologia com qualidade, mesmo preservando concepções distintas com a Educação à Distância (EaD). O próprio desenvolvimento do tripé ensino-pesquisa-extensão foi também marcado por assimetrias e aprofundamento de vulnerabilidades.

As marcas das desigualdades sociais no acesso a computadores, conexão de internet, softwares e smartphones contrastam com a agitação das grandes corporações que acumularam números exitosos no mercado financeiro. As imposições do mercado, não obstante, se refletem no espaço acadêmico, frequentemente sem vínculo com preocupações pedagógicas e/ou científicas. Como exemplo, cabe citar o recente direcionamento restritivo de fomento a pesquisas envolvendo a produção de tecnologias, por parte de agências nacionais de fomento à ciência, o que tem exigido um reposicionamento das Ciências Humanas e Sociais em seu fazer intelectual, no sentido de assumir trabalhos realizados há décadas sob a nomenclatura da produção de tecnologia social.

Considerando a ampliação do uso e desenvolvimento das tecnologias nas práticas extensionistas e tendo gênero e interseccionalidades (GONZALEZ, 2011; BUENO, 2020; COLLINS, BILGE, 2021) como lente imprescindível, o objetivo deste dossiê é reconhecer e visibilizar ações de extensão universitária comprometidas com o combate a desigualdades de gênero. Ele também se propõe a divulgar artigos científicos, resultados de estudos e relatos de experiência acerca de iniciativas extensionistas que dialoguem com os Estudos Feministas, Interseccionais, Queer, Decoloniais/Descoloniais/Anticoloniais/Contracoloniais, Black Studies, Transfeminismos e Disability Studies, além de outras reflexões sobre vulnerabilidades que envolvam diversidade de gêneros e sexualidades no contexto de processos extensionistas e/ou que se comprometam ativamente a repensar concepções científicas masculinistas cisheterocentradas, na contracorrente do “processo colonizador da epistemologia moderno-positivista-masculinista-racista” (SILVA; MORAES, 2019).

Estimulamos, desde a chamada para o dossiê, o acolhimento de contribuições que abordassem a importância, assim como os problemas e desafios envolvendo o uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) na extensão universitária, especialmente sobre projetos com produção de conteúdos para redes sociais, realização de materiais audiovisuais, elaboração de *toolkits*, mapas, guias entre outros. Também nos interessava conhecer processos (re)configuradores das dinâmicas em programas de assessoria a movimentos sociais e/ou serviços sociais a partir da necessidade do uso das TICs nas práticas extensionistas.

Desse modo, o dossiê é constituído por sete artigos centrados em experiências que envolvem exclusivamente a extensão ou integram pesquisa e extensão. Os textos se referem a ações produzidas por pessoas que se vinculam às áreas de Comunicação, Serviço Social, Psicologia, Antropologia, História e Pedagogia. São reunidos esforços distintos para produzir extensão discutindo gênero combinado a outros marcadores sociais, antes e em meio ao contexto pandêmico. Em algumas análises a concepção interseccional é um devir, um vir-a-ser que implica compromisso teórico-político, mas que ainda nos escapa em meio a referenciais canônicos e estruturas pouco dialógicas. Há textos que evidenciam um “gênero” ainda se singularizando na experiência de mulheres cisgêneros, o que também reforça a urgência em ampliarmos e desgenitalizarmos nossas compreensões sobre o tema. Quais sejam os avanços ou limites analíticos, eles denunciam o quanto caminhamos nos Estudos Feministas e o quanto ainda temos a caminhar para consolidar perspectivas de justiça social que sejam capazes de apreender as intersecções com os múltiplos marcadores sociais da diferença.

Em ***Gênero sem ideologia: um podcast para despolarizar o debate***, Larissa Pelúcio e colaboradores(as) expõem a experiência que buscou articular discussões acadêmicas e de movimentos sociais para reagir à onda antigênero. O artigo se valeu da promoção do letramento científico a partir de abordagens descontraídas de temas controversos tendo a personagem Gési como *host*. Foram 17 episódios, incluindo os extras, em duas temporadas, que contaram com entrevistas de especialistas nos temas tratados. O projeto, que se iniciou na pandemia, foi concluído em 2023.

Leila Lima de Sousa e Michelly Santos de Carvalho contribuem neste dossiê com o texto **“Aprender-sendo”: a construção de uma educação transformada a**

**partir do Curso Academia Preta Decolonial** e trazem um relato de experiência a respeito do Curso de Extensão Academia Preta Decolonial – Epistemologias e Metodologias Antirracistas. O curso nasce em 2020, no auge da pandemia de covid-19, como caminho de resistência e formação política-crítica, sustentada na “cidadania científica” e alicerçada no “Aprender-sendo”. Promovido pelo Núcleo de Pesquisa Maria Firmina dos Reis, ele ocorre virtualmente e já está em sua terceira edição.

Tamires Côelho e colaboradoras discutem, em **Desigualdades de gênero em Pauta na extensão universitária**, experiências e experimentações constitutivas dos três anos de implantação e existência do projeto de extensão Pauta Gênero – Observatório de Comunicação e Desigualdades de Gênero, na Universidade Federal de Mato Grosso. Destacam-se quatro frentes de trabalho desenvolvidas entre 2020 e 2022, além de uma discussão sobre comunicação, desigualdades de gênero e extensão universitária vinculada a produtos comunicacionais e ações educacionais.

Bruna Andrade Irineu e colaboradoras(es), no texto **Mapeando serviços, disseminando direitos: o guia de serviços públicos de proteção social a pessoas LGBTI+ da #Fervo2k20**, apresentam os resultados do projeto “*Guia de Serviços Públicos de Proteção Social a pessoas LGBTI+ nos territórios da comunidade #Fervo2k20*”, que envolveu transferência de tecnologia social, durante a pandemia de covid-19. Produziu-se um Mapa de serviços sociais em 14 estados, visando ampliar o acesso às políticas públicas setoriais, e um Guia Informativo para divulgar aspectos relativos a direitos sociais.

Daniele Vasco e colaboradoras(es) se propõem a abordar, em âmbito teórico-prático, a relação do campo da Psicologia com a interseccionalidade por meio de ações de um Programa de Extensão destinado à promoção de saúde mental para mulheres. No artigo intitulado “**Por uma vida digna para todas as mulheres**”: práticas em psicologia e interseccionalidade no contexto tocantinense, é apontada uma incursão teórica no terreno da interseccionalidade, enfatizando seu relevante papel para a Psicologia como ciência e profissão.

Em **Ensino remoto emergencial, extensão universitária e covid 19 – intersecções de gênero, raça e classe social entre discentes do Serviço Social – UFMT**, Leana Freitas e colaboradoras apresentam um perfil discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso que, no ano de 2020,

participou por meio de TICs do Programa “Estratégias e ações de extensão para o curso de graduação em Serviço Social no contexto da pandemia da Covid-19”. As análises apontam para a necessidade de se considerar as intersecções de gênero, raça e classe social no processo formativo, reconhecendo especificidades e propondo projetos acadêmicos e profissionais que as levem em conta, sob pena de serem reiteradas exclusões históricas que se atravessam mutuamente.

Laide Medeiros e colaboradores indicam, em **Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica à formação do movimento de mulheres no campo amazônico**, aspectos teóricos da Educação do Campo, da Pedagogia Histórico-Crítica e os articulam à experiência pedagógica realizada com o movimento de mulheres. O texto conclui que o desenvolvimento dos passos da Pedagogia Histórico-Crítica é viável, aplicável em um ambiente não-escolar e contribuiu para que as mulheres possam ter uma visão crítica e horizontes transformadores da sociedade em que vivem.

Esperamos que a leitura dos textos que compõem este dossiê fortaleça a compreensão “da dimensão central que a extensão universitária pode e deve ocupar numa universidade comprometida com a equidade, o respeito à diversidade sexual e de gênero e a transformação social” (FERNANDES; IRINEU, 2015, p. 61). Para vislumbrar futuros possíveis, construídos por meio de uma extensão posicionada e comprometida com a justiça social, é imprescindível que as instituições de ensino se enxerguem conectadas à sociedade, seja no âmbito tecnológico-digital, seja no desenvolvimento de epistemologias que desafiem modos de pensar forjados em colonialidades. Longe da ocupação de lugares científicos supostamente neutros, é preciso considerar a existência de uma “convergência entre elementos de empoderamento e de opressão complexamente articulados a produtos contemporâneos e a seu potencial de cidadania e transformação social” (COELHO, 2022, p. 7).

As tecnologias, assim como o conhecimento científico, podem ser postas à disposição de populações mais vulneráveis, configurando-se como lugar de escuta, diálogo, aprendizado constante, propondo uma relação em que discentes e pessoas das mais diversas comunidades se vejam com protagonismo e não na condição de objeto a ser explorado. O compromisso interseccional implica reconhecimento dos espaços de poder em que circulamos, da potência da universidade feita por nós em amplificar e reverberar vozes que por muito tempo pareciam inaudíveis, da

necessidade de fortalecimento de comunidades acadêmicas que se recusem a ser parte do projeto colonial que ergue caixas de ressonância.

Tanto os usos de TICs quanto a elaboração do que se denomina como “tecnologias sociais” dependem, a partir de lentes interseccionais, de práticas libertadoras, de observação e diálogo atento com as diversas experiências possíveis em uma sociedade profundamente desigual. Ainda que as tecnologias possam favorecer práticas extensionistas e ampliar o alcance de trabalhos com diversas comunidades, a partir de uma perspectiva crítica e emancipadora, podem também aprofundar desigualdades. Cabe a nós situar o debate fugindo da romantização e da demonização algorítmica, procurando possibilidades éticas, responsáveis e criativas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. **Educação e pesquisa**, v. 29, n. 02, p. 327-340, 2003.

BEHAR, P. A. **Modelos pedagógicos em educação a distância**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

BUENO, W. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. O que é interseccionalidade? In.: COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021. p. 15-50.

COÊLHO, T. F. **Desigualdades de Gênero e Representações Midiáticas**. Cuiabá: Paruna, 2022.

CRAVEIRO, P. S. U.; TOLEDO, T. de F. Educação para a prática publicitária libertadora: extensão universitária e formação cidadã na graduação em Publicidade. **Comunicação & Educação**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 42-57, 2023. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v28i1p42-57. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/194805>. Acesso em: 4 ago. 2023.

FERNANDES, F. B. M.; IRINEU, B. A. Extensão Universitária em Gênero e Sexualidades. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30090>. Acesso em: 30 jan. 2023.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS; FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política nacional de extensão universitária**. Manaus: Forproex, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: **Caderno de formação política do Círculo Palmarino**, n.01, Batalha de Ideias, 2011.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado, Brasília**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

hooks, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

MORAES, F.; SILVA; M. V. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: Encontro Anual da Compós, 18., Porto Alegre, 2019. **Anais eletrônicos** [...] Porto Alegre: COMPÓS –Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2019a. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos-2019/papers/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero--a-subjetividade-como-estrategia-descolonizadora>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

PINHEIRO, B. C. S.; ROSA, K. (Orgs). **Descolonizando saberes**: a lei 10.639/2003 no ensino de ciências. v.2. São Paulo: Livraria da Física, 2022.

SILVA, K. K. A.; BEHAR, P. A. Alunos da EaD on-line do Brasil e competências digitais. **Revista EDaPECI**, v. 19, n. 2, p. 21-39, 2019.